



Os benefícios e desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares

Gabriela Perin¹

Ana Flávia Cordeiro Souza de Almeida²

Paulo Asafe Campos Spínola³

Regina Helena Rosa Sambuichi⁴

RESUMO: Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem se mostrado como importante canal de comercialização para os pequenos produtores rurais e relevante política pública de promoção do acesso à alimentação saudável. Ao longo de sua trajetória, diversas alterações normativas e institucionais foram realizadas com o intuito de aprimorar a implementação do programa. Desta forma, este trabalho teve como objetivo analisar os principais benefícios e desafios do PAA para os agricultores familiares fornecedores. O método aplicado incluiu revisão sistemática de literatura e análise de conteúdo. Os estudos mostraram que, ao longo de sua trajetória, o PAA promoveu ganhos de caráter econômico, social e ambiental. Do ponto de vista econômico, foram observados relatos acerca do aumento da renda de agricultores familiares, o que permitiu a estes uma melhoria nas condições de vida em geral. No âmbito social, percebe-se que o programa foi capaz de proporcionar a seus beneficiários uma alimentação diversificada, de qualidade e oriunda da produção local, além de incentivar um reconhecimento e valorização da cultura alimentar local. Quanto aos ganhos na perspectiva ambiental, observou-se que o PAA fomentou a diversificação de culturas, bem como a adesão às boas práticas de produção. Também foram percebidos desafios e dificuldades para o acesso e operacionalização do programa, como a falta de apoio e logística e limitações econômicas inerentes à política pública, que podem limitar o acesso ao PAA a longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso a Mercados; Diversificação da Produção; Segurança Alimentar; Compras Públicas.

THE BENEFITS AND CHALLENGES OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) FOR FAMILY FARMERS

ABSTRACT: Created in 2003, the Food Acquisition Program (PAA) has proven to be an important marketing channel for small rural producers and a relevant public policy to promote access to healthy food. Along its trajectory, several normative and institutional changes were carried out in order to improve the program's implementation. Thus, this work aimed to analyze the main benefits and challenges of the PAA for family farmers suppliers. The method applied included systematic literature review and content analysis. Studies have shown that, throughout its trajectory, the PAA has promoted economic, social and environmental gains. From an economic point of view, reports were observed about the increase in the income of family farmers, which allowed them to improve their living conditions in general. In the social sphere, it is clear that the program was able to provide its beneficiaries with a diversified, quality food sourced from local production, in addition to

¹ Pesquisadora no International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG). E-mail: gabriela.perin@ipc-undp.org

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM), pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: ana.cordeiro@ipea.gov.br

³ Consultor de Direitos Humanos em Fian Brasil - Organização pelo Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas. E-mail: paulo.asafe@ipea.gov.br

⁴ Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. E-mail: regina.sambuichi@ipea.gov.br

encouraging recognition and appreciation of the local food culture. As for the gains from the environmental perspective, it was observed that the PAA fostered crop diversification, as well as adherence to good production practices. Challenges and difficulties in accessing and operating the program were also perceived, such as the lack of support and logistics and economic limitations inherent to public policy, which may limit access to the PAA in the long term.

KEYWORDS: Market Access; Production; Food Security; Public Food Procurement.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar representa um importante pilar para a economia e o abastecimento do Brasil, sendo responsável, segundo o Censo Agropecuário de 2017, por 77% dos estabelecimentos agropecuários do país, 23% do valor da produção agropecuária total e 67% do total de trabalhadores nos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017). No entanto, até meados da década de 1990, não havia políticas públicas de abrangência nacional que englobassem as particularidades econômicas e sociais desse segmento. A primeira delas foi instituída em 1996, após inúmeras mobilizações de movimentos sociais rurais, e constituiu-se no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), um programa de crédito subsidiado voltado ao apoio da produção familiar, e que apresenta várias modalidades as quais variam de acordo com a renda anual dos agricultores (SILVA; DEL GROSSI; FRANÇA, 2010).

Apesar da importância dessa política pública de oferta de crédito, outros instrumentos de política agrícola se faziam necessários para garantir a sustentabilidade da produção, como a sustentação de preços, garantia de mercado e assistência técnica para a agricultura familiar. Diante desse cenário, o governo federal instituiu em 2 de julho de 2003, por meio do artigo nº 19 da Lei nº 10.696, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) visando executar ações relacionadas a política agrícola, a segurança alimentar e nutricional (SAN) e com vistas a fomentar a agricultura familiar (SAMBUICHI *et al.*, 2019).

Criado como uma ação estruturante do Programa Fome Zero, o PAA tem como principais finalidades garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar e promover o acesso à alimentação adequada para pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (Insan). Para isso, o programa compra produtos diretamente de agricultores familiares (beneficiários fornecedores) com dispensa de licitação, e os distribui para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, os atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição vinculados à administração pública (restaurantes

populares e cozinhas comunitárias), pessoas assistidas pela rede pública de ensino e saúde e as que “estejam sob custódia do Estado em estabelecimentos prisionais e em unidades de internação do sistema socioeducativo” (BRASIL, 2017).

O programa, operado principalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pelos estados, pelo Distrito Federal (DF) e pelos municípios, em diversas modalidades de implementação, executou recursos ao longo de dezoito anos de existência até ser substituído, em 2021, pelo Programa Alimenta Brasil. Este novo programa, criado pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, convertida na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, foi estruturado nos mesmos moldes do anterior e manteve a maior parte das suas modalidades e finalidades, embora tenham sido excluídos do texto da nova legislação alguns aspectos importantes do PAA, como a modalidade aquisição de sementes e as finalidades de formação de estoque públicos de alimentos, de estímulo à produção orgânica e agroecológica e de promoção e valorização da biodiversidade (BRASIL, 2021).

Optou-se por manter neste estudo o antigo nome do programa, pois trata-se de uma revisão sistemática da literatura em que o levantamento foi feito anteriormente à mudança, além de que o programa se popularizou com a nomenclatura “PAA”, interiorizado assim pelo Estado brasileiro como referência no suporte à agricultura familiar, perpassando os diferentes governos e níveis federativos desde 2003 até o momento presente, mesmo com as mudanças ocorridas na legislação.

Ao longo de sua trajetória de atuação, o PAA foi objeto de estudos e avaliações nas mais diversas áreas e com uso de métodos qualitativos e/ou quantitativos de análise, compreendendo em sua maioria, estudos de caso de pequena abrangência geográfica. As pesquisas têm apontado vários efeitos positivos do programa, diversos entraves e também problemas a serem resolvidos para melhorar o seu processo de execução, porém, são ainda poucos os estudos mais amplos, que se propõem a compilar dados a partir da literatura para levantar as principais contribuições e limitações do programa de maneira sistematizada (ASSIS, PRIORE; FRANCESCHINI, 2017; GRISA *et al.*, 2010; SAMBUICHI *et al.*, 2019).

Assim, este trabalho teve como objetivo analisar os principais benefícios e desafios do PAA para seus beneficiários fornecedores, que são os agricultores familiares. Para isso, foi realizada uma revisão sistemática de literatura, na qual se buscou e selecionou os trabalhos já publicados sobre o PAA que apresentaram estudos baseados em dados primários coletados em campo. A partir dessa revisão, foi feita uma análise de conteúdo dos trabalhos para identificar e sistematizar os benefícios e desafios observados em cada estudo para este público-alvo, resultando na criação de 31 categorias de análise no total.

A contribuição deste artigo se dá no âmbito da ampla sistematização de estudos publicados sobre o PAA, partindo desde o ano da sua criação e abrangendo os anos de maior relevância da atuação do programa, em um levantamento que, além de sinalizar os benefícios e as dificuldades mais observadas nas pesquisas, sumarizou os temas abordados a partir de categorias analíticas, o que pode ser utilizado para nortear trabalhos futuros que apresentem o programa como objeto de análise. Os resultados obtidos apontam para o fato de que políticas públicas como o PAA são instrumentos relevantes nos processos de aprendizagem e de amadurecimento das instituições no nível local, sendo possível perceber que parte das dificuldades eram mais observadas nos primeiros anos de implementação da política, sendo (muitas delas) superadas no decorrer do período, sobretudo aquelas relacionadas ao seu funcionamento e operacionalização. Por outro lado, apesar das melhorias e aprendizados, a redução de investimento de recursos no programa gerou outros desafios a serem superados.

O texto está organizado em quatro seções. Iniciando por esta introdução, na sequência, apresenta-se a seção 2, na qual são mostrados os métodos utilizados nesta pesquisa. A seção 3 apresenta a análise de conteúdo sobre os principais benefícios e desafios para os beneficiários fornecedores do PAA observados nos estudos empíricos levantados na pesquisa. Por fim, a seção 4 apresenta as considerações finais do estudo.

METODOLOGIA

A revisão sistemática de literatura teve como objetivo buscar estudos que analisaram empiricamente o Programa de Aquisição de Alimentos. Para isso definiu-se como horizonte temporal o período de 2003 a 2019 e utilizou-se como descritores as palavras: “*Programa de Aquisição de Alimentos*” e “*PAA*”. Foram excluídos desta busca os trabalhos acadêmicos como teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso para evitar duplicações de estudos, considerando-se que parte destes, geralmente, são posteriormente publicados.

Os artigos foram levantados a partir de buscas nas seguintes bases de dados eletrônicas: *The Scientific Electronic Library Online* (SciELO); Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (Lilacs); Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Google Acadêmico e anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Esta última fonte foi selecionada por se tratar de um evento que ocorre anualmente, apresenta anais disponíveis na internet para consulta pública e para o qual foram encontradas muitas citações de estudos sobre o tema em trabalhos publicados em outras fontes. Também foram examinadas as

referências bibliográficas utilizadas nos estudos levantados, a fim de se identificar outros trabalhos voltados ao escopo desta pesquisa, e que, eventualmente, não foram identificados pela busca eletrônica.

Para verificação do material levantado, foi realizada uma análise de conteúdo com base nas orientações propostas por Bardin (2011) compreendendo três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento de resultados. Na fase de pré-análise foram identificados 269 estudos sobre o PAA, os quais foram explorados a partir da leitura flutuante. Foram lidos o título, resumo, metodologia, resultados e conclusões e, a partir disso, com o intuito de atender à regra de homogeneidade proposta pela autora, foram definidos critérios para que os estudos fossem considerados elementos de análise desta pesquisa: 1) artigos publicados em periódicos (com Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas - ISSN) ou em anais de eventos, uma vez que eles já passaram por um processo prévio de revisão por pares, o que aumenta a confiabilidade quanto à validade dos resultados de pesquisa; 2) apresentar dados primários; 3) ter informações claras sobre o período de realização da pesquisa; e 4) apresentar qualidade metodológica⁵. Também foram excluídos os trabalhos repetidos, ou seja, que continham o mesmo objeto de análise e recorte temporal para não gerar duplicação das análises. Assim, dos 269 estudos reunidos nesta fase, selecionou-se 110 para compor a amostra final de trabalhos.

A segunda fase, de exploração do material, foi composta de quatro etapas, como sugere Bardin (2011): 1) codificação; 2) recorte de material; 3) categorização; e 4) agrupamento de categorias. O resultado destas fases foi a definição de dois grandes grupos nomeados de “benefícios” e “desafios”. Levando em consideração que o PAA apresenta como público beneficiário os agricultores familiares e os consumidores, este trabalho concentrou-se em analisar somente os benefícios e desafios percebidos pelos beneficiários fornecedores, em função da limitação de espaço para discutir os resultados. Adicionalmente, as categorias de análise foram elaboradas conforme a percepção dos benefícios e desafios pelos agricultores participantes do programa, captadas pelos trabalhos analisados. A categorização dos textos foi feita com o auxílio do *software* ATLAS.ti, onde todas as publicações selecionadas foram lidas, cuidadosamente classificadas e quantificadas em uma planilha de *Excel*. As categorias e grupos extraídos da literatura estão apresentados e descritos na seção 3 deste texto.

A fase de tratamento dos resultados compreendeu as inferências e interpretações dos relatórios gerados pelo *software* ATLAS.ti. Houve a preocupação em considerar somente os resultados derivados dos dados coletados em campo, não sendo incluídas as conclusões baseadas na revisão de literatura ou em dados

⁵ Elementos que evidenciem a validade do construto e confiabilidade, com base nas estratégias propostas por Yin (2001).

secundários. Importante mencionar também que os resultados identificados nos trabalhos demonstram apenas os benefícios e desafios estudados em cada realidade investigada. Desta forma, esclarece-se que, nos casos em que não houve a observação de um determinado benefício ou desafio, não significa necessariamente que ele não exista ou que não tenha ocorrido naquele estado ou município, pois, em muitos casos, a metodologia, objetivo e/ou objetos de análise do estudo pode não ter sido adequado ou voltado para analisar aquela característica.

ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS DO PAA PARA OS SEUS FORNECEDORES

Os benefícios do PAA para os agricultores familiares foram sistematizados em grupos (econômico, ambiental e social) e 19 categorias (Quadro 1). É importante destacar, porém, que essas categorias devem ser analisadas de maneira correlacionada e não de modo isolado, pois os estudos sinalizam que houve a construção de uma cadeia de ações interligadas e que promove no nível local um ciclo virtuoso em torno do programa.

No grupo dos benefícios econômicos, foram identificadas as categorias: comercialização e garantia de venda; melhoria da renda; aumento da produção; preço bom; estímulo ao investimento na produção e/ou estabelecimento; aquisição de bens; acesso a outros mercados; estímulo ao beneficiamento/processamento dos alimentos; e acesso a outros programas governamentais.

As análises dos artigos mostraram que o aumento da renda, citado em mais de 60% dos artigos analisados, é um efeito direto da garantia de mercado, do aumento e diversificação da produção e dos preços justos praticados pelo PAA. A realidade de muitos agricultores familiares é a de nem sempre conseguir vender tudo o que produzem, ou então, deixam de produzir em maiores quantidades por não disporem de canais de comercialização suficientes para escoar a produção familiar (MOTA *et al.*, 2015). Ao acessar o programa e ter mais garantia de escoamento da produção, os fornecedores passam a utilizar novas áreas de produção e novas tecnologias (ANDRADE JÚNIOR, 2009). Por vezes, o aumento da renda gerado na comercialização resulta em ganhos de capacidade de investimento na propriedade e na produção, seja em novas áreas para plantio, novos equipamentos, tecnologias, animais ou mesmo para melhorar sua qualidade de vida por meio da aquisição de insumos e bens duráveis (CHMIELEWKA; SOUZA; LOURETE, 2010; MATTEI, 2007).

A garantia de venda gera também maior segurança para o agricultor iniciar a produção de novas e diversificadas culturas (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017; MODENENSE; SANT'ANA, 2019). Esta dinâmica positiva gera um ciclo virtuoso, pois, conforme explica Ellis (1998), para além do PAA, a diversificação

produtiva reduz o risco de perdas por fatores externos, como queda de preços e alterações drásticas nas condições climáticas ou ambientais, o que permite maior segurança financeira para os agricultores familiares.

Quadro 1 - Os benefícios do PAA no âmbito dos beneficiários fornecedores.

Grupo	Categoria	Descrição	N ¹
Econômico	Comercialização e garantia de venda	Aumento da comercialização e garantia de venda dos produtos comprados pelo PAA, possibilidade de o agricultor comercializar o excedente da produção e planejar a próxima. Diminuição da venda para atravessadores.	71
	Melhoria da renda	Aumento, diversificação e/ou garantia da renda para o agricultor após participar do PAA.	69
	Aumento da produção	Aumento da produção em quantidade para os produtos que já são cultivados pelo agricultor.	41
	Preço bom	Preço bom ou justo dos alimentos comprados pelo PAA.	38
	Estímulo ao investimento na produção e/ou estabelecimento	Realização de investimentos no estabelecimento e/ou na produção por meio da utilização de técnicas e/ou compra de instrumentos, máquinas ou insumos para melhorar o cultivo dos produtos.	19
	Aquisição de bens	Aquisição de bens duráveis e de consumo (eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis, carro, moto).	19
	Acesso a outros mercados	Inserção dos produtos em outros mercados como feiras, atacados e mercearias, a partir de mudanças fomentadas pelo PAA, como: aumento e/ou diversificação da produção e melhoria na qualidade do produto.	16
	Acesso a outros programas governamentais	Acesso a outros programas como o PNAE, Pronaf e programas de governos estaduais e locais voltados para a agricultura familiar.	10
	Estímulo ao beneficiamento/ processamento dos alimentos	Incentivo ao beneficiamento ou processamento dos alimentos produzidos e à criação de pequenas agroindústrias familiares.	12
Econômico e ambiental	Diversificação da produção	Aumento no número/variedade de produtos cultivados pelo agricultor.	41
	Produção orgânica e/ou boas práticas	Incentivo para a produção agroecológica e orgânica e utilização de boas práticas na produção.	15
	Promoção de circuitos curtos	Possibilidade de o agricultor escoar sua produção no município onde reside ou nas proximidades, diminuindo custos com transporte.	8
Econômico e social	Estímulo ao cooperativismo/ associativismo	Estímulo à criação e/ou fortalecimento de organizações formais de agricultores (cooperativas/associações) a fim de vender ao PAA da Conab.	38
	Dinamização de redes e/ou agregação social	O PAA integra diferentes grupos em torno de sua implementação, como as instituições públicas (de assistência técnica e secretarias municipais), organizações da sociedade civil, cooperativas e associações, até entre municípios vizinhos.	26
	Melhoria na qualidade dos alimentos produzidos	Melhora na qualidade dos produtos produzidos tendo em vista o alto nível de exigência do PAA.	14

Quadro 1 - Os benefícios do PAA no âmbito dos beneficiários fornecedores (cont.)

Social	Estímulo ao autoconsumo e melhoria da qualidade da alimentação	Melhoria na qualidade e quantidade da alimentação das famílias produtoras após aumento da produção e diversificação fomentados pelo PAA.	25
	Participação das mulheres	Incremento da participação das mulheres agricultoras no PAA seja como titulares da DAP ou de forma anônima, mas atuante.	18
	Melhora da autoestima e autonomia	Aumento da autoestima dos agricultores em razão da venda para o PAA, pois eles sabem que quem consumirá seus produtos são pessoas em vulnerabilidade, idosos, crianças e residentes da mesma região que ele. Aumento da autonomia advinda da capacidade do programa de estruturar a produção e condições para os agricultores acessarem novos mercados.	13
	Estímulo ao controle social	Atuação de conselhos de políticas públicas (preferencialmente de segurança alimentar) ou instâncias para discussão da implementação do PAA envolvendo agricultores, responsáveis por entidades que recebem alimentos e poder público.	3

Nota¹: Número de trabalhos que observou o benefício.

Fonte: Elaboração dos autores.

Muitos estudos identificaram que os preços pagos pelo PAA são bons, impactando positivamente na renda dos agricultores familiares (AGAPTO *et al.*, 2012). De acordo com Cirino e Líbano (2020) o fato de os valores praticados pelo programa serem melhores do que aqueles do mercado, em determinadas localidades pesquisadas, induziu o aumento da demanda pela participação no PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS).

O acesso ao programa acaba sendo também um instrumento de alavancagem para a organização de agricultores e agricultoras e de melhorias na qualidade do produto ofertado. Com isso, passam a ter melhores condições de entrada em novos mercados como as feiras, a venda direta e outros programas institucionais de compra de alimentos (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011; SPAROVEK *et al.*, 2007; SOUZA; LORETO, 2019). Além disso, há também o incentivo ao beneficiamento/processamento e a industrialização dos alimentos que se dá por meio da compra de produtos processados como geleias, polpas de frutas, queijos, pães e bolos. Esses produtos possuem uma maior agregação de valor, fato que também acaba impactando no aumento da renda (CAMARGO *et al.*, 2013; PLEIN; FILIPPI, 2012).

Por fim, a organização produtiva e burocrática fomentada pelo PAA criou condições, em determinadas realidades, para que as famílias produtoras acessassem outros programas públicos, como políticas de crédito, assistência técnica e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). São programas que promovem aumento da renda dando condições para que as famílias aumentem

seu poder de compra e de investimento (CAMARGO *et al.*, 2013; OLIVEIRA; BATALHA; PETTAN, 2017; GRISA *et al.*, 2016). O acesso ao PNAE se destaca neste aspecto, pois a Lei nº 11.947/2009 expandiu o escopo do programa, determinando que pelo menos 30% das compras para alimentação escolar devam ser adquiridas da agricultura familiar. A experiência com o PAA foi muito importante para que as organizações desta categoria pudessem acessar esse novo mercado institucional, como observado no estudo de Oliveira e Ferrante (2013), que pesquisou o assentamento Sepé Tiaraju, em Ribeirão Preto, São Paulo, onde se identificou que “100% das famílias assentadas apontam que o PAA cumpriu sua função organizadora, criando condições para a participação das famílias no PNAE” (p. 101).

O caráter estruturante do PAA contribui para que os fornecedores estejam mais aptos não apenas do ponto de vista mercadológico e produtivo, mas também organizacional e prático. Por exemplo, o fortalecimento do capital social se apresenta também na obtenção de documentos (pessoais e burocráticos) que promovem a cidadania e habilitam o acesso às políticas públicas. Assim, além do acesso aos programas de compras públicas, como o PNAE, e às políticas voltadas à agricultura familiar, como o Pronaf, o PAA alavanca também a participação em outras políticas, como programas de complementação de renda e assistência social, a exemplo do Bolsa Família (CAMARGO *et al.*, 2013; GRISA *et al.*, 2016; OLIVEIRA; BATALHA; PETTAN, 2017).

Do ponto de vista ambiental, destaca-se as categorias: produção orgânica e/ou boas práticas; promoção de circuitos curtos; e a diversificação da produção. Neste contexto, os estudos sinalizaram que o PAA pode contribuir para a difusão de uma produção agroecológica e orgânica e/ou adoção de boas práticas na produção ao adquirir produtos orgânicos com valor até 30% acima daqueles praticados no programa. Este aspecto beneficia quem produz e quem consome, além de preservar o solo, a água e os animais. De acordo com Cunha, Freitas e Salgado (2017) os produtores que participaram do PAA “sentem ‘orgulho’ por cultivarem alimentos livres de agrotóxicos” (p. 439), principalmente por saberem que o alimento que produzem será consumido pela comunidade, muitas vezes parentes ou vizinhos. Desta forma, a diversificação fomentada pelo PAA, além de ser uma maneira de reduzir riscos e aumentar a produção e a renda, conquistando ganhos econômicos, atua na proteção ambiental, modificando a matriz produtiva e estimulando a produção de vários tipos de leguminosas, vegetais e árvores frutíferas (SOUZA; LORETO, 2019). A diversificação produtiva também pode ser analisada na perspectiva ambiental, já que a rotação de culturas diminui o desgaste do solo e o aumento de cultivos evita a proliferação de pragas e doenças.

Ainda do ponto de vista ambiental, a literatura identificou que o PAA ao fomentar o comércio de produtos em âmbito local e regional, amplia as possibilidades de venda em outros mercados, como feiras e entregas diretas ao consumidor, como já mencionado. Essa circulação de mercadorias no nível local estimula os circuitos curtos de comercialização, o qual diminui as distâncias entre os agricultores familiares e os consumidores, reduzindo assim, a pegada ecológica, os custos com transporte e fomentando os sistemas locais de produção (ARAÚJO; KUBO, 2017; MARQUES; LE MOAL; ANDRADE, 2014; OLIVEIRA; FERRANTE, 2013).

No contexto econômico e social, foi possível associar as categorias: estímulo ao cooperativismo e/ou associativismo; dinamização de redes e/ou agregação social; e melhoria da qualidade dos alimentos produzidos, enquanto que no âmbito essencialmente social foram identificados: estímulo ao controle social; participação das mulheres; melhoria da autoestima e autonomia; e estímulo ao autoconsumo.

A organização em cooperativas ou associações é incentivada direta e indiretamente pelo PAA quando se exige que os fornecedores estejam organizados institucionalmente para o acesso em algumas modalidades. Ademais, o limite de venda para as cooperativas é superior àqueles praticados nas vendas individuais, o que também estimula a participação dos agricultores familiares em organizações formais. A relação entre o acesso ao programa e a participação em organizações parece se retroalimentar. É importante destacar que o programa atua tanto fortalecendo as cooperativas e associações já existentes, havendo resultados mais efetivos do PAA em municípios com organizações estruturadas (GRISA *et al.*, 2010; SILVA; FERREIRA, 2016), quanto estimulando a formação de novas organizações dos agricultores (OLIVEIRA; FERRANTE, 2013; SILVA; SILVA, 2011; SANTOS *et al.*, 2019).

Relacionando-se ao fortalecimento de organizações formais, os estudos identificaram que o PAA atua também no incentivo à construção de redes e arranjos locais. O acesso ao programa, o planejamento da produção, a venda e a entrega dos produtos às entidades exigem coordenação dos atores envolvidos, formando e dinamizando redes em torno da política, o que resulta em uma maior interação entre atores de diferentes esferas sociais. As evidências empíricas apontam que o PAA incentiva uma construção social e aproximação entre fornecedores, poder público, entidades, consumidores e demais atores da sociedade civil, inclusive gerando práticas mais solidárias e redes de reciprocidade (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017; SPAROVEK *et al.*, 2007).

O fortalecimento das organizações formais e a dinamização de redes locais se somam ao debate em torno dos conselhos locais no âmbito do PAA. A literatura mostra que em um dado momento e em determinadas realidades, o programa estimulou o funcionamento dessas instâncias de participação social, que atuaram

na articulação entre o público beneficiário do PAA, a sociedade civil e o poder público (GRISA *et al.*, 2010). Em Tapiramutá (BA), a presença atuante do conselho, sua composição representativa da comunidade e forte articulação com a prefeitura facilitou a implementação do programa (ROCHA; CERQUEIRA; COELHO, 2006).

Os benefícios de cunho social foram observados também no contexto da participação de mulheres no programa. Os estudos identificaram um aumento da participação deste público sendo observados pelos autores cinco aspectos importantes: i) o fortalecimento de organizações (formais ou informais), a dinamização de redes e a agregação social refletiram na consolidação de muitas organizações geridas e compostas por mulheres (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017); ii) o incentivo ao beneficiamento dos alimentos também contribuiu para o aumento da participação das mulheres no programa, uma vez que essa é uma atividade muito executada pelo público feminino e por suas organizações (DORETTO; MICHEL-LON, 2007); iii) em determinadas localidades, há uma predominância de cadastros masculinos no programa, contudo, na prática, o que se percebe é que são as mulheres as operadoras e gestoras das atividades relacionadas ao PAA (CORADIN; SOUZA, 2015); iv) o preço pago por produtos do extrativismo no programa permitiu a valorização das atividades das mulheres extrativistas (MOTA *et al.*, 2015); e v) a geração de renda para as agricultoras, no âmbito do PAA, proporciona maior autonomia econômica para as mulheres (SANTOS *et al.*, 2019) alinhando-se ao aumento da autoestima do público feminino que participa do programa (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017; MOTA; SILVA JÚNIOR; RODRIGUES, 2016).

As evidências acerca da autoestima e autonomia foram percebidas em muitas realidades pesquisadas e impactaram os participantes do PAA como um todo, não só as mulheres. Esses fatores estão relacionados com a garantia de comercialização, que torna os fornecedores independentes de atravessadores (DEGGERONE; GAZZONI, 2018; GRISA *et al.*, 2016), além de relacionar-se ao aumento da renda e à inserção no mercado, elementos que proporcionam independência econômica (DESER, 2008).

Todos esses benefícios do programa observados na literatura e destacados até aqui se somam a um aspecto cultural importante que é a valorização da identidade regional e da agricultura familiar, a partir da adaptação da produção às características locais de consumo (SILVA; MATTOS, 2017). O PAA, ao adquirir os produtos característicos do consumo local, fomentou a melhoria dos alimentos destinados ao autoconsumo, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional das famílias fornecedoras (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017). O aumento da produção e da diversificação estimuladas pelo programa possibilitou que fosse gerado um excedente de alimentos com maior valor nutricional, já que o mesmo produto produzido para a venda é também o que compõe a mesa do próprio ag-

ricultor (NASCIMENTO; JOHANN; BASSO, 2017; BATISTA *et al.*, 2016; ANDRADE; OLIVEIRA; SOUZA-ESQUERDO, 2014; CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017).

ANÁLISE DOS DESAFIOS DO PAA PARA OS SEUS FORNECEDORES

Embora os estudos tenham mostrado muitos ganhos decorrentes do PAA, observou-se também muitos problemas e desafios a serem superados na sua implementação. As categorias de análise que foram constituídas para o debate acerca dos desafios para os fornecedores do programa estão descritas no Quadro 2. Estas categorias foram classificadas em três grandes grupos: dificuldades de acesso, falta de apoio e logística e questões econômicas. Ressalta-se, porém, que todos estão interligados, pois a falta de apoio e logística, por exemplo, resulta em dificuldades para o acesso e operação, o que pode implicar em limitações de ordem econômica, assim como as questões econômicas podem também limitar o acesso ao programa.

Em relação às dificuldades de acesso, primeiramente cabe pontuar que, sendo o PAA uma política pública voltada para um público específico, existem critérios definidos para que os agricultores fornecedores possam acessar o programa. São necessários documentos básicos como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), o Cadastro de Pessoa Física (CPF), a composição da renda familiar e dados sobre a unidade produtiva (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho, endereço completo) (LEAL, 2015). Porém, observa-se existir no Brasil uma assimetria informacional entre os meios urbano e rural quando se trata, dentre outros aspectos, de acesso aos documentos. Desta forma, muitos agricultores esbarram na falta de documentação de suas terras (LIMA; ZOMER, 2011); na dificuldade de comprovar a renda (ANDRADE; OLIVEIRA; SOUZA-ESQUERDO, 2014; LEAL, 2015) foi realizado um estudo de caso em três assentamentos localizados no município de Araras, estado de São Paulo, onde a implementação do PAA se deu em 2008 por iniciativa dos agricultores familiares assentados (Associação - "Terra Boa"; ou ainda na carência de recursos necessários para deslocamento até a sede do município onde residem (MOTA *et al.*, 2015). Somado a isso, o programa exige que a DAP seja renovada a cada três anos e muitos agricultores se deparam com dificuldade tanto de acesso aos órgãos públicos responsáveis pelo ato, quanto aos próprios documentos exigidos na renovação (MOTA *et al.*, 2015).

Relacionado a isso, os relatos dos estudos identificaram dificuldades também no âmbito dos excessos de burocracia na operacionalização do PAA que vão desde a elaboração do projeto (ALVES *et al.*, 2011) na visão dos agentes de extensão rural (de ATER, até a prestação de contas para liberação dos pagamentos pelos produtos (CARVALHO; BECKER; NESKE, 2017). Foi mencionada a falta de um profissional

para ajudar na elaboração de proposta, gestão dos recursos e na prestação de contas, uma vez que a maioria dos agricultores não detém conhecimento voltado às técnicas de gestão e caso as informações não sejam preenchidas de forma correta, isso pode refletir em atrasos nos pagamentos (OLIVEIRA *et al.*, 2010; SILVA; FERREIRA; AMODEO, 2014; SILVA *et al.*, 2012). Para muitos agricultores e organizações os trâmites burocráticos são muito extensos (PEIXOTO; OLIVEIRA, 2015) e fazem com que haja uma perda de interesse em participar do programa (CIRINO; LIBÂNIO, 2020; DIAS; SANTANA; RENSI, 2017).

Uma vez que conseguem se inserir no processo de compra institucional, parte dos agricultores encontra o desafio de planejar e organizar a produção. A primeira dificuldade neste aspecto está relacionada à ausência de informação sobre os procedimentos do programa, suas formas de pagamento, de controle e monitoramento de produtos e entregas. Em alguns estudos, os fornecedores não souberam definir o programa, ou sua finalidade e nem para onde eram destinados os produtos que eles produziam (FERREIRA *et al.*, 2014; SIMÃO *et al.*, 2017). Em outros casos, havia também desconhecimento sobre as regras de execução da proposta e períodos de entrega (DORETTO; MICHELLON, 2007; MOTA; SILVA JUNIOR; RODRIGUES, 2016). As pesquisas sinalizam a necessidade de ampliação de reuniões e capacitações sobre o processo de implementação do PAA, que contemplem desde o levantamento de documentos necessários, até a produção e entrega dos alimentos para o consumo (ALVES *et al.*, 2011).

A dificuldade em se organizar e planejar a produção e a matriz produtiva resulta em problemas relacionados ao cronograma de entrega de produtos para o PAA. Isso porque o programa funciona, em sua maioria, com entregas semanais, enquanto que os agricultores fazem o cultivo e a colheita de acordo com as safras (ALMEIDA *et al.*, 2018; HENTZ, 2016; ROCHA; CERQUEIRA; COELHO, 2006) tendo como referencial analítico a perspectiva da segurança alimentar e nutricional (SAN. Essa questão pode gerar consequências como os atrasos nas entregas de determinados produtos ou então no excesso de alimentos em determinadas épocas do ano (CIRINO; SILVA, 2017; MACHADO *et al.*, 2020; SOARES *et al.*, 2013). Os estudos apontam também para um descompasso entre a produção agrícola na região e o calendário do programa, que desconsidera a sazonalidade das safras (ROCHA; CERQUEIRA; COELHO, 2006).

Foi possível perceber que as dificuldades com a “burocracia para acessar o programa”, “planejamento e organização” e “operacionalização ou pouca informação” estão diretamente relacionadas ao aspecto da falta de assistência técnica (Ater) para realizar as atividades propostas (ANDRADE; OLIVEIRA; SOUZA-ESQUERDO, 2014). Este problema foi apontado tanto pelos agricultores

fornecedores, como por gestores que reconhecem a importância desse serviço para organizar a produção e capacitar os agricultores a fim de se alcançar os padrões exigidos pelo PAA e ajudar a elaborar os projetos de venda (ROSA MIRANDA; GOMES, 2017). A falta de Ater para elaboração dos projetos PAA foi mencionada como um fator que prejudicou o acesso de muitos fornecedores, uma vez que eles não têm condição de contratar assistência privada, já que isso comprometeria a renda das famílias (MENDES; NEVES; MACHADO, 2019; QUEIROZ *et al.*, 2015).

Para aqueles que recebem assistência, essa se mostrou insuficiente devido às limitações quanto ao quantitativo de técnicos em comparação ao número de agricultores a serem atendidos e também dificuldades de locomoção dos mesmos devido a amplas distâncias a serem percorridas e poucos veículos (DORETTO; MICHELLON, 2007; LIMA; ZOMER, 2011).

Parte dos estudos também apontou para a dificuldade dos fornecedores em cumprirem as normas sanitárias exigidas pelo programa na venda de determinados produtos de origem animal e vegetal, que necessitam da aprovação municipal, por meio do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), ou estadual, via Serviço de Inspeção Estadual (SIE). Em muitas localidades há ausência desses serviços ou dificuldade de acesso a eles (CHMIELEWSKA; SOUZA; LOURETE, 2010; PEIXOTO; OLIVEIRA, 2015; PLEIN; FILIPPI, 2012).

Já os produtos beneficiados e agroindustriais esbarram no cumprimento da regulamentação sanitária, instituída pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e/ou pelo Mapa. Ocorre que essas normas estão voltadas para concentrações de mercado, se aplicando mais facilmente às grandes empresas agroalimentares e não à realidade das organizações de agricultores familiares (CHMIELEWSKA; SOUZA; LOURETE, 2010; COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015).

Há também o desafio na obtenção da certificação de produtos orgânicos, fazendo com que o alimento produzido sem agrotóxicos ou adubos químicos/sintéticos seja classificado como sendo de origem convencional e não receba o acréscimo de 30% previsto na legislação do PAA (ROSA MIRANDA; GOMES, 2017). Tais situações ocorrem porque a produção e comercialização de alimentos de origem animal e vegetal, com algum grau de beneficiamento/processamento, ou certificados como orgânicos, exigem do agricultor além de um maior poder aquisitivo, um maior grau de conhecimento técnico e de organização, inacessível para a maioria dos pequenos produtores (MACEDO *et al.*, 2019; VIEIRA; DEL GROSSI, 2010).

As dificuldades relacionadas às exigências sanitárias aparecem nos estudos de modo muito atrelado à ausência de amparo do poder público e de suas instituições no nível local. Muitos relatos registraram a pouca ou nenhuma participação destas entidades no programa, o que é considerado pelos agricultores como umas das principais dificuldades para a sua operacionalização, isso porque sem a colaboração desses órgãos, o avanço do programa se torna mais lento e difícil (CARVALHO; BECKER; NESKE, 2017; LIMA; ZOMER, 2011; LOPES *et al.*, 2019; SALGADO *et al.*, 2015). Este aspecto também dificulta o diálogo entre os fornecedores e as instituições consumidoras, que poderia ajustar a oferta de produtos com a demanda, objetivando evitar o excesso ou a escassez de alguns alimentos e organizar a periodicidade das entregas (BARTH-TEIXEIRA *et al.*, 2017; FILUS; BERGAMASCO; SOUZA-ESQUERDO, 2017; MACHADO *et al.*, 2020). Há ainda a ausência ou insuficiência no apoio ao transporte e logística dos produtos. Muitos agricultores não dispõem de veículos para levar os alimentos até as cidades. As más condições das estradas, as dificuldades com caixas e utensílios para transporte e armazenamento muitas vezes inviabilizam a participação no PAA. Os agentes se deparam também com ausência de centros adequados para distribuição e/ou armazenamento de alguns produtos (BARTH-TEIXEIRA *et al.*, 2017).

A pouca divulgação do programa e de seus benefícios também se constituiu em um desafio para o acesso ao PAA, pois estudos mostraram que, apesar do interesse em participar do programa, a falta de contato dos órgãos gestores para divulgação, orientação e/ou treinamento acerca de seu funcionamento foi um fator que contribuiu para a não inserção (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015) ou desistência dos agricultores em participar do PAA (PLEIN; FILIPPI, 2012; SIMÃO *et al.*, 2017).

Já na fase de venda dos produtos, em algumas localidades, houve reclamações quanto aos preços praticados pelo PAA. Apesar de haver muitos relatos sobre os preços justos do programa, como apresentado na seção de benefícios, muitos fornecedores apontaram que, além do limite de compras, em alguns casos o preço dos produtos não vale a pena. É o que foi encontrado por Silva e Mattos (2017) em Pernambuco, onde o preço da carne orgânica pago pelo PAA não era atrativo para os agricultores, que preferiam vender os produtos orgânicos em outros canais de comercialização. Já Silva *et al.* (2012) relataram que os preços pagos pelo PNAE remuneravam melhor os agricultores em Viçosa, Minas Gerais, além de mencionarem que este outro programa seria menos burocrático.

O preço dos produtos segue a tabela da Conab, que faz uma pesquisa local para compor os preços de referência que serão válidos durante todo o período de um ano da proposta. Assim, apesar da variação dos preços do mercado ao longo do ano, os produtos comprados pelo PAA terão o mesmo valor. Essa questão gera

reclamação dos agricultores por considerarem que em alguns momentos a tabela de preços utilizada pelo programa está abaixo dos valores praticados no mercado (CARVALHO; BECKER; NESKE, 2017; MARQUES, LE MOAL; ANDRADE, 2014; SIMÃO *et al.*, 2017). Isso ocorre em virtude da sazonalidade do produto e da dinâmica da oferta e procura por alimentos, que causa variação dos preços (PEREIRA; LOURENZANI, 2014; SALGADO *et al.*, 2015). Alguns relatos expuseram que, embora a Conab construa preços de referência, parece haver levantamentos no momento da safra de determinados produtos em que há grande oferta, fazendo com que os preços médios caiam (CARVALHO; PEDROSO NETO, 2016).

a ausência ou insuficiência no apoio ao transporte e logística dos produtos. Muitos agricultores não dispõem de veículos para levar os alimentos até as cidades. As más condições das estradas, as dificuldades com caixas e utensílios para transporte e armazenamento muitas vezes inviabilizam a participação no PAA. Os agentes se deparam também com ausência de centros adequados para distribuição e/ou armazenamento de alguns produtos (BARTH-TEIXEIRA *et al.*, 2017).

A pouca divulgação do programa e de seus benefícios também se constituiu em um desafio para o acesso ao PAA, pois estudos mostraram que, apesar do interesse em participar do programa, a falta de contato dos órgãos gestores para divulgação, orientação e/ou treinamento acerca de seu funcionamento foi um fator que contribuiu para a não inserção (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015) ou desistência dos agricultores em participar do PAA (PLEIN; FILIPPI, 2012; SIMÃO *et al.*, 2017).

Já na fase de venda dos produtos, em algumas localidades, houve reclamações quanto aos preços praticados pelo PAA. Apesar de haver muitos relatos sobre os preços justos do programa, como apresentado na seção de benefícios, muitos fornecedores apontaram que, além do limite de compras, em alguns casos o preço dos produtos não vale a pena. É o que foi encontrado por Silva e Mattos (2017) em Pernambuco, onde o preço da carne orgânica pago pelo PAA não era atrativo para os agricultores, que preferiam vender os produtos orgânicos em outros canais de comercialização. Já Silva *et al.* (2012) relataram que os preços pagos pelo PNAE remuneravam melhor os agricultores em Viçosa, Minas Gerais, além de mencionarem que este outro programa seria menos burocrático.

O preço dos produtos segue a tabela da Conab, que faz uma pesquisa local para compor os preços de referência que serão válidos durante todo o período de um ano da proposta. Assim, apesar da variação dos preços do mercado ao longo do ano, os produtos comprados pelo PAA terão o mesmo valor. Essa questão gera reclamação dos agricultores por considerarem que em alguns momentos a tabela de preços utilizada pelo programa está abaixo dos valores praticados no mercado

(CARVALHO; BECKER; NESKE, 2017; MARQUES, LE MOAL; ANDRADE, 2014; SIMÃO *et al.*, 2017). Isso ocorre em virtude da sazonalidade do produto e da dinâmica da oferta e procura por alimentos, que causa variação dos preços (PEREIRA; LOURENZANI, 2014; SALGADO *et al.*, 2015). Alguns relatos expuseram que, embora a Conab construa preços de referência, parece haver levantamentos no momento da safra de determinados produtos em que há grande oferta, fazendo com que os preços médios caiam (CARVALHO; PEDROSO NETO, 2016).

Após a venda dos produtos, observou-se também problemas na fase dos pagamentos, principalmente no caso do acesso ao PAA por meio de organizações. Isto ocorreu porque, neste caso, o pagamento é feito às organizações, e não acontece no ato de entrega dos produtos, mas, sim após a aprovação da prestação de contas pelo órgão executor do programa. Muitas vezes esta fase mostrou-se morosa devido a impedimentos como: problemas nos trâmites de prestação de contas das organizações; erros de preenchimento de documentos ou notas fiscais; ou à impossibilidade de emissão de certidões negativas de cooperativas e associações (D'ÁVILA; SILVA, 2011; FILUS; BERGAMASCO; SOUZA-ESQUERDO, 2017).

O atraso nos pagamentos pode gerar desde a desconfiança dos agricultores quanto ao recebimento dos valores (PLEIN; FILIPPI, 2012), até a dificuldade para que as famílias produtoras planejem novo cultivo, já que muitas delas não dispõem de capital de giro para financiar a produção (ALMEIDA *et al.*, 2018). Também impede o pagamento dos custos básicos da produção como água e manutenção, o que pode gerar endividamento (Chmielewska, Souza e Lourete, 2010). Essas questões prejudicam mais aqueles agricultores com menor grau de estruturação quanto à produção e que dependem financeiramente das entregas feitas para o PAA (ANDRADE; OLIVEIRA; SOUZA-ESQUERDO, 2014).

Outra dificuldade descrita na literatura é o baixo limite de comercialização estabelecido para cada produtor, que oscila (atualmente) entre R\$ 6.500,00 e R\$ 8.000,00 mil por ano, dependendo da modalidade e do operador (LOPES; ALMEIDA, 2012; MÜLLER; FIALHO; SCHNEIDER, 2007, SILVA; LIMA, 2017). Os estudos identificaram que esse valor não supre as necessidades básicas dos agricultores (AGAPTO *et al.*, 2012) e apontam que esta questão se tornou um entrave a uma maior adesão por parte dos agricultores ao PAA (BECKER; SACCO DOS ANJOS, 2010; SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2015). Além disso, como o valor limite é baixo, é necessário um maior controle da quantidade entregue por cada produtor para que os mesmos não ultrapassem suas cotas logo nas primeiras entregas (FLORIAN, COSTA E BARROS, 2018; PEREIRA E LOURENZANI, 2014). O aumento no limite da cota, segundo estudos, poderia beneficiar uma maior quantidade de agricultores familiares (ROSA MIRANDA; GOMES, 2017),

além de elevar a renda dos envolvidos, a quantidade de produtos vendidos e, posteriormente, as doações às instituições beneficiadas (SANTOS *et al.*, 2012).

A descontinuidade do programa foi outro aspecto identificado como preocupante na percepção dos agricultores familiares e agentes públicos. De acordo com as pesquisas, entre uma proposta e outra, em razão do término da vigência do contrato, há um hiato temporal e neste período ocorre paralisação de compra e entrega de produtos, impactando todos os atores do programa (CARVALHO; BECKER; NESKE, 2017; GRISA *et al.*, 2016). A incerteza com relação à continuidade do PAA também foi relatada nos trabalhos como prejudicial para os agricultores, pois desestimulou a realização de investimentos na produção e causou dificuldades de planejamento (MACEDO *et al.*, 2019; MÜLLER; FIALHO; SCHNEIDER, 2007).

As dificuldades relacionadas ao baixo limite de compra e à descontinuidade do programa associam-se muito à drástica redução do volume de recursos disponibilizados para o PAA após 2012. Em 2013, ocorreu uma forte redução dos recursos executados no programa principalmente nas modalidades operadas pela Conab. Após uma leve recuperação orçamentária em 2014, o investimento na política voltou a decrescer e, em 2018, o PAA operou com recursos comparativamente menores do que aqueles aplicados em seu primeiro ano de implementação, apresentando também o menor número de beneficiários consumidores (SAMBUICHI *et al.*, 2019).

A redução de recursos experienciada pelo PAA em anos recentes trouxe incertezas aos agricultores quanto à sua continuidade e levantou preocupações aos participantes, principalmente àqueles que possuem fragilidades econômicas para se inserirem em outros mercados (MODENENSE; SANT'ANA, 2019). Observa-se que, em diversos casos, o PAA compra produtos que agricultores não conseguem vender em outros mercados, sendo responsável por uma parte considerável ou até integral da renda familiar (MENDES; PERONDI; TELLES, 2018; MOTA *et al.*, 2014).

Apesar da forte diminuição observada nos recursos aplicados no PAA em anos mais recentes, destacada em estudos de caráter geral como o de Sambuichi *et al.* (2019), no nível local, a percepção dos agricultores participantes, relatada nos estudos de caso consultados, recai principalmente sobre a descontinuidade do programa, ou seja, a reclamação deles é sobre o programa funcionar em um ano e não continuar no seguinte, o que nem sempre é percebido por eles como uma consequência da redução do investimento no programa por parte do Governo Federal. Essa é uma das razões que explicam o fato dessa diminuição de recursos não ter aparecido diretamente como uma categoria de análise entre os desafios observados, além de que, muitos estudos analisados são anteriores ao período em que as restrições orçamentárias ficaram mais evidentes.

Quadro 2 - Os desafios do PAA no âmbito dos beneficiários fornecedores.

Grupo	Categoria	Descrição	N ¹
Dificuldade de acesso e operação	Operacionalização ou pouca informação	Falta de informação sobre: procedimentos do programa; prestação de contas; pagamento; controle e monitoramento das entregas.	38
	Burocracia para acessar o programa	Excessos de exigências quanto ao volume de documentos necessários para participar no programa; dificuldade em reunir os documentos para emitir/renovar a DAP e para participar das chamadas públicas; dificuldades de adequação às mudanças de normas dentro do processo burocrático.	36
	Planejamento e organização	Dificuldades (de agricultores ou organizações) com planejamento e organização da produção e entrega de produtos na quantidade pactuada; problemas com calendário do programa não adequado à sazonalidade produtos na região.	24
	Exigências de qualidade e/ou normas sanitárias	Dificuldades de atender as exigências burocráticas quanto à legislação sanitária; ausência ou insuficiência de órgãos locais responsáveis pela vigilância sanitária; falta de suporte público para o cumprimento da legislação.	19
Falta de apoio e logística	Infraestrutura local e logística	Ausência ou insuficiência de transporte no apoio à logística dos produtos; más condições das estradas; ausência de utensílios para transporte e armazenamento de produtos; ausência de centros adequados para distribuição e/ou armazenamento de produtos.	35
	Ausência ou deficiência de assistência técnica	Pouca (ou nenhuma) orientação pelos órgãos de assistência técnica e extensão rural em apoio ao cultivo.	34
	Ausência de apoio do poder público local	Falta de apoio do poder público local para a implementação do programa; pouco interesse em renovar (ou angariar) o programa.	15
	Controle social incipiente	Ausência ou inatividade de instâncias de participação social associadas à pauta do PAA.	7
Limitações econômicas do programa	Limite de compra	O limite de venda anual por beneficiário é considerado baixo.	31
	Atraso nos pagamentos	Demora para que o pagamento chegue até o beneficiário fornecedor.	26
	Preço baixo	Preço baixo dos alimentos comprados pelo PAA em comparação com outros mercados.	21
	Descontinuidade do programa	Descontinuidade no acesso ao PAA: quando o programa deixa de ser executado no município; ou quando há diminuição dos recursos.	16

Nota¹: Número de trabalhos que observou o desafio.

Fonte: Elaboração dos autores.

Somado a todos os desafios relatados até aqui, há ainda as evidências de como as instâncias de participação, como os conselhos, estão incipientes em torno do PAA, evidenciando que há uma urgência de se construir instrumentos de participação social (LEMOS; LIMA, 2014). Os conselhos (tanto os de segurança alimentar, quanto os de assistência social e os de desenvolvimento rural sustentável), embora existentes na concepção do PAA, na prática, são pouco atuantes e apresentam estrutura administrativa precária (ROCHA; SACCO DOS ANJOS, 2016). Muitos agricultores desconhecem a existência ou o papel deles, ficando evidente que há locais em que não há monitoramento da oferta e da demanda e nem reuniões com as redes de participantes do programa, para se discutir as adequações necessárias no âmbito de uma realidade específica (ROCHA; CERQUEIRA; COELHO, 2006).

Apesar dos desafios que o PAA enfrentou ao longo dos anos, é importante ressaltar que o programa passou por um processo de aprendizado e amadurecimento, tanto em relação às instituições, quanto do ponto de vista social. Muitas dificuldades identificadas pelas pesquisas foram fundamentais para readequações em muitos dos processos de implementação da política. Foi possível perceber também que parte das dificuldades eram mais observadas nos primeiros anos de implementação da política, sendo (muitas delas) superadas no decorrer do período, sobretudo aquelas relacionadas ao seu funcionamento e operacionalização (ALMEIDA; PERIN; SAMBUICHI, 2019).

CONCLUSÃO

As análises gerais dos artigos levantados na revisão sistemática permitiram inferir que o PAA provocou mudanças positivas que atingem diretamente os seus beneficiários fornecedores (agricultores familiares), além de implicações benéficas ao nível local, quando se analisa o programa a partir dos seus efeitos multiplicadores. As pesquisas evidenciaram o seu caráter sistêmico e intersetorial sendo possível perceber que o programa atua e produz resultados em âmbito econômico, ambiental e social.

Ao longo de sua trajetória, o PAA promoveu ganhos em termos econômicos, como o aumento da renda e a compra de bens duráveis. Na linha produtiva, os estudos evidenciaram que a garantia da comercialização proporcionada pelo PAA produziu efeitos diretos no aumento da quantidade produzida, no incentivo à agregação de valor por meio do beneficiamento/processamento dos alimentos e na expansão de investimentos na propriedade. O PAA estimulou também a estruturação de cadeias produtivas, a melhoria da qualidade dos produtos e a organização dos agricultores, promovendo a criação de associações e cooperativas. Isto

possibilitou a entrada de produtos da agricultura familiar em outros mercados ao mesmo tempo em que promoveu o fortalecimento das economias locais.

No âmbito social, o PAA agregou diferentes grupos que antes estavam separados, desestruturados ou excluídos do processo produtivo, incentivando a participação de mulheres e de comunidades tradicionais e aumentando a sua renda, autonomia e autoestima. O programa foi capaz também de fomentar a construção de redes no nível local proporcionando a implementação de políticas públicas de modo intersetorial, atuando, desta forma, em conjunto com outros programas estruturais voltados ao desenvolvimento rural. Observou-se ainda impactos positivos do programa no aspecto ambiental, abrangendo o estímulo à diversificação da produção, à produção orgânica e/ou boas práticas agrícolas e aos circuitos curtos de comercialização.

Os trabalhos levantados mostraram também diversos desafios a serem enfrentados para o aprimoramento do programa. Os principais problemas observados nos estudos foram relacionados à dificuldade de acesso e operação por parte dos seus beneficiários e organizações; à falta de apoio e logística por parte das instituições e poder público; e às limitações econômicas do programa, agravadas pela redução dos recursos aplicados. Apesar dos desafios, os estudos indicam também ter havido um processo de aprendizado e amadurecimento dos processos burocráticos, sendo que várias dificuldades de operacionalização observadas nos primeiros anos de implementação da política foram deixando de ser observadas nos estudos mais recentes.

Desta forma, apesar da crescente importância do programa para a agricultura familiar e segurança alimentar, o PAA tem experienciado, nos anos mais recentes, uma redução na aplicação dos valores, especialmente nas modalidades operadas pela Conab, o que resulta também em uma redução do público beneficiário, tanto fornecedores quanto consumidores. Esse cenário se refletiu no aumento dos desafios para o programa e pode indicar também, uma diminuição de alguns benefícios.

Conforme percorrido ao longo deste trabalho, de maneira geral, as pesquisas sobre o PAA têm apontado os aspectos relacionados aos resultados e alcance de objetivos da política. Em sua maioria, são estudos pontuais e com pouca abrangência geográfica. Sinalizam também quais as dificuldades no que tange à capacidade de gestão dos entes federativos para implementação de programas públicos de apoio à agricultura familiar e desenvolvimento rural. Contudo, pesquisas sobre o PAA ainda precisam dialogar com o debate da organização federativa do Brasil, levando em consideração o sistema tributário e a distribuição de recursos entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Parece não haver também estudos empíricos,

quantitativos e qualitativos, que identifiquem o nível de capacidade institucional das UFs brasileiras para executar programas públicos da natureza do PAA, indicando, inclusive as heterogeneidades existentes dentro do território nacional.

Como sugestão de agenda de pesquisa para trabalhos futuros, sugerimos ampliar o escopo da revisão de literatura de modo a abranger nas análises pesquisas realizadas em dissertações e teses que não tenham sido publicadas em anais de eventos ou periódicos. Também, se sugere realizar a busca por descritores em outras línguas, sobretudo inglês e espanhol, de modo a incluir estudos feitos por pesquisadores e consultores vinculados a organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que atuam na área de segurança alimentar, cooperação e desenvolvimento. Por fim, ainda como sugestão de pesquisas futuras, recomenda-se o acompanhamento do Programa Alimenta Brasil a fim de se analisar a evolução dos recursos investidos no programa e o impacto das mudanças mais recentes sobre os benefícios e desafios identificados ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

AGAPTO, J. P.; BORSATTO, R. S.; SOUZA ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P.; ESQUERDO, V. F. de S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 13–21, 2012.

ALMEIDA, A. F.; PERIN, G.; SAMBUICHI, R, H. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) analisado em três dimensões: benefícios, amadurecimento e perspectivas para a política. **Anais do 3º Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público (CIDESP)**, p. 249-268. Florianópolis, 2019.

ALMEIDA, L. M. de M. C.; PUGLIESI, L.; FERRANTE, V. L. S. B.; CARDOZO, D. R.; PAULILLO, L. F. de O. Índice “UFSCar” de Efetividades do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares do interior paulista. **Gestão & Produção**, São Carlos-SP, v. 25, n. 3, p. 500–512, 2018.

ALVES, V. O.; VIEIRA, N. dos S.; SILVA, T. C. da; FERREIRA, P. R. O associativismo na agricultura familiar dos estados da Bahia e Minas Gerais: Potencialidades e desafios frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 66–88, 2011.

ANDRADE, F. R. P. de; OLIVEIRA, J. T. A. de; SOUZA ESQUERDO, V. F. de. Limites para o desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos assentamentos rurais de Araras/SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 17, n. 1, p. 225–244, 2014.

ANDRADE JÚNIOR, R. C. de. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) no planalto norte do estado de Santa Catarina: o caso da cooperativa agropecuária regional de pequenos produtores de Mafra (COOARPA). **Cadernos do CEOM**, 22(30), p. 83–100, 2009.

ARAÚJO, M. de L. L. de; KUBO, R. R. Segurança Alimentar e Nutricional e Povos Indígenas: a experiência dos Asheninkas do Alto Rio Envira com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, 38(132), p. 195–210, 2017.

ASSIS, S. C. R. de; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. D. C. C. Impacto do programa de aquisição de alimentos na segurança alimentar e nutricional dos agricultores. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 617–626, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BARTH-TEIXEIRA, E.; SANTOS, C. S. dos; GREGOLIN, M. R.; CHRISTOFFOLI, P. I. Análise da operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/CONAB) no Território Cantuquiriguaçu-PR. 2017. **55º Congresso SOBER**, Santa Maria: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2017.

BATISTA, L. M. G.; RIBEIRO, S. M. R.; SANTOS, R. H. S.; ARAÚJO, R. M. A.; RIBEIRO, A. Q.; PRIORE, S. E.; LÚCIA, C. M. D.; LANA, R. de P.; GASPARONI, G. P. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 494–504, 2016.

BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61–72, 2010.

BRASIL. Decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017. Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. 2017.

BRASIL. Medida Provisória no 1.061, de 9 de agosto de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 6, 10 ago. 2021. Seção 1.

CAMARGO, E. A. de O. M de.; GOMES, E. R. S.; MEIRA, B. C.; BORSATTO, R. S. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de assentamentos rurais: o caso do assentamento 23 de Maio, Itapetininga, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, SP, v. 43, n. 1, jan./fev. 2013.

CARVALHO, G. S.; PEDROSO NETO, A. J. O Programa de Aquisição de alimentos no Tocantins: as condições sociais de realização individuais e coletivas. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 258–276, 2016.

CARVALHO, P. R.; BECKER, C.; NESKE, M. Z. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Santana do Livramento/RS: um estudo de caso sobre a experiência local. 2017. **55º Congresso SOBER**, Santa Maria: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2017.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe. **Texto para Discussão 1510**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2010. p. 1–42.

CIRINO, J. F.; LIBÂNIO, C. L. S. Avaliação de impacto do programa de aquisição de alimentos modalidade doação simultânea em Ponte Nova-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 2020.

CIRINO, J. F.; SILVA, S. V. M. da. Determinantes para cumprimento do prazo de projetos do programa de aquisição alimentos - doação simultânea em minas gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 55, n. 2, p. 247–266, 2017.

CORADIN, C.; SOUZA, R. S. Os Quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos. **Revista NERA**, 18(26), 122–146, 2015.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. da. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 53, n. 01, p. 109–126, 2015.

CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R. J. S. F. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 55, No 03, p. 427-444, Jul./Set. 2017.

D'ÁVILLA, C. A. R.; SILVA, S. P. Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local: uma análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais. **Revista Política Pública**, v. 15, n. 2, p. 335–346, 2011.

DEGGERONE, Z. A.; GAZZONI, A. L. A. A construção social de mercados pela CECAFES - RS: Oportunidades e desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Compra Institucional. 2018. **56º Congresso SOBER**, Campinas: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2018.

DESER – DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS RURAIS. O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07: uma avaliação. Curitiba: Deser, 2008. 51 p.

DIAS, A.; SANTANA, J.; RENSI, J. A experiência paraibana do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação pela perspectiva dos agricultores beneficiários. 2017. **IV EBAP** [...]. João Pessoa: Encontro Brasileira de Administração Pública, 2017.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 1, p. 1–28, 2007.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, v. 35, n.1, p.1-38, 1998.

FERREIRA, M. J.; BORSATTO, R. S.; GOMES, R. R. S.; MEIRA, B. C. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento para organização social de agricultores familiares: o caso de Angatuba, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 55–62, 2014.

FILUS, V.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. de. Análise do PRONAF, PAA e PNAE no assentamento XX de novembro, Cordeirópolis-SP-Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 55, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: Sober, 2017.

FLORIAN, F.; COSTA, V. M. H. de M.; BARROS, M. S. C. de. Percepção de atores sociais sobre Programas de Alimentação e Nutrição em município do Estado de São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 51–65, 2018.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, n. 13, p. 137–170, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; ROZENDO, C.; COSTA, F. B.; MACHADO, C. J.; LIMA, D. V. de; SCHIAVON, J.; ANDRADE, A. J. P. de; INÁCIO, K. R. de S.; SILVA, V. K. da; ROSA, L. D. Ambiente institucional, governança e performance do PAA: uma análise nos estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte. In: JANNUZZI, P.; MONTAGNER, P. (orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2016. p. 204–208.

HENTZ, C. Análise do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Pinhalzinho – SC como estratégia de reprodução socioeconômica da produção familiar. **ACTA Geográfica**, Boa Vista/RR, v. 10, n. 22, p. 48–67, 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Brasil, 2017.

LEAL, S. C. T. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema/SP. **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, v. 18, n. 26, p. 147–164, 2015.

LEMOS, S. M. dos; LIMA, I de S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como política pública para a agricultura familiar e o desenvolvimento local. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 25, n. 1, p. 69–92, 2014.

LIMA, A. de F. A. de; ZOMER, C. Condições gerais da organização e da produção em assentamento rural de Aripuanã - MT e o acesso dos produtores aos incentivos e benefícios federais. 2011. **VIII Convibra Administração**, Congresso Virtual Brasileiro de Administração –, 2011.

LOPES, D. E.; ALMEIDA, R. A. de. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Castilho e Andradina-SP. **Revista Pegada**, v. 13, n. 1, p. 132–148, 2012.

LOPES, M. G.; NASCIMENTO, S. G. da S.; HANKE, D.; ÁVILA, M. R. de. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Dom Pedrito (RS): um estudo sobre implantação, execução, limites e desafios. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, v. 2, n. 1, p. 79–106, 2019.

MACEDO, A. de C.; BORSATTO, R. S.; SANTOS, L. de L.; FERRAZ, M. T. M. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em promover sistemas agroalimentares territorializados. 2019. **Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais [...]**. Campinas: 2019.

MACHADO, N. L.; SILVA, F. C. da; LAFORGA, G.; GOMES, E. M.; RAMBO, J. R. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no município de Barra do Bugres-MT: um estudo segundo a perspectiva das instituições beneficiárias receptoras. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 30221–30247, 2020.

MARQUES, P. E. M.; LE MOAL, M. F.; ANDRADE, A. G. F. de. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo. **RURIS**, v. 8, n. 1, p. 63–89, 2014.

MATTEI, L. F. Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina. In: Congresso da

Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), 45, Florianópolis, Santa Catarina. **Anais...**Florianópolis: Sober, 2007.

MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. da S.; MACHADO, T. da S. O Programa de Aquisição de Alimentos como indutor da soberania alimentar. **Mercator**, v. 18, p. 1–15, 2019.

MENDES, T. A.; PERONDI, M. Â.; TELLES, C. dos S. O crepúsculo das políticas públicas: uma análise da (des) operacionalização do programa PAA no município de saude do Iguaçu – PR nos anos 2016 e 2017. 2018. **56º Congresso SOBER**, Campinas: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2018.

MODENESE, V. DA S.; SANT’ANA, A. L. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 636–655, dez. 2019.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; PORRO, N. M.; OLIVEIRA, T. C. V. de. As Catadoras de Mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 3, p. 449–470, 2014.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; RODRIGUES, R. F. de A. O trabalho familiar extrativista sob a influência de políticas públicas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 1, p. 189–204, 2015.

MOTA, D. M. da; SILVA JUNIOR, J. F. da; RODRIGUES, R. F. de A. Influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a persistência das mulheres extrativistas e agricultoras no Norte e no Nordeste do Brasil. *In*: JANNUZZI, P.; MONTAGNER, P. (orgs.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016. p. 211–214.

MÜLLER, A. L.; FIALHO, M. A. V.; SCHNEIDER, S. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília/DF, v. 1, n. 1, p. 1–22, 2007.

NASCIMENTO, D. T.; JOHANN, J. A.; BASSO, D. O grau de satisfação dos agricultores familiares em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, 11(2), 82–107, 2017.

OLIVEIRA, A. B. de; TINÔCO, D. dos S.; ALLOUFA, J. M. de L.; ARAÚJO, R. M. de. Uma análise do processo gestonário do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o caso do Rio Grande do Norte. **Revista Política Pública**, v. 14, n. 1, p. 157–171, 2010.

OLIVEIRA, L. G. de; BATALHA, M. O.; PETTAN, K. B. Comparative assessment of the food purchase program and the national school feeding program's impact in Ubá, Minas Gerais, Brazil. **Ciência Rural, Santa Maria**, 47(01), 1–6, 2017.

OLIVEIRA, P. M. DE; FERRANTE, V. L. S. B. O Programa de Aquisição de Alimentos no PDS Sepé Tiarajú: bloqueios e perspectivas. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 1, p. 77–110, 2013.

PEIXOTO, Â. M. M.; OLIVEIRA, A. R. de. A abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO. **Revista NERA, Presidente Prudente**, v. 18, n. 26, p. 70–91, 2015. Available at:

PEREIRA, M. E. B. de G.; LOURENZANI, A. E. B. S. Desafios e perspectivas do programa de aquisição de alimentos no município de Tupã – SP. **Ciência e Natura, Santa Maria/RS**, v. 36, n. 2, p. 230–240, 2014.

PLEIN, C.; FILIPPI, E. E. O Programa Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): geração de renda e segurança alimentar. **Faz Ciência (UNIOESTE Impresso)**, v. 14, n. 19, p. 63–86, 2012.

QUEIROZ, R. F. N. de; NEVES, S. M. A. da S.; SEABRA JUNIOR, S.; MACHADO, T. da S. Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: análise da produção vinculada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Boletim de Geografia, Maringá/PR**, v. 33, n. 3, p. 184, 2015. DOI 10.4025/bolgeogr.v33i3.22817.

ROCHA, A. G. P.; CERQUEIRA, P. da S.; COELHO, V. P. Agricultura familiar e políticas públicas: algumas reflexões sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia. **Desenbahia, Salvador**, v. 3, n. 5, p. 55–78, 2006. .

ROCHA, J. H.; SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do programa de aquisição de alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista- Roraima. **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, v. 19, n. 31, p. 111–142, 2016.

ROSA MIRANDA, D. L.; GOMES, B. M. A. O Programa Nacional de Aquisição de Alimentos e agricultura familiar no Vale do Ribeira, Paraná, Brasil. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília/DF, v. 8, n. 1, p. 67–79, 2017. DOI 10.18472/SustDeb.v8n1.2017.18462.

SALGADO, R. J. dos S. F.; DIAS, M. M.; SILVA, E. A.; SANTOS, L. F. dos; CUNHA, W. A. da. Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): percepção dos atores envolvidos em sua operacionalização. 2015. **53º Congresso SOBER**, João Pessoa: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2015. p. 1–20.

SAMBUICHI, R. H. R.; KAMINSK, R.; PERIN, G.; MOURA, I. F. de; JANUÁRIO, E. S.; MENDONÇA, D. B.; ALMEIDA, A. F. C. de. Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. **Texto para Discussão**, Brasília, n. 2482, 2019.

SANTOS, A. O.; SOUSA, W. L. de; MONTE, L. de F. de O.; VIEIRA, T. A.; QUARESMA, E. de S. O Programa aquisição de alimentos (PAA) na região Metropolitana de Santarém (Pará): o caso das mulheres agricultoras da COOMAPLAS. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p. 11090–11106, 2019.

SANTOS, A. R. dos; VIEIRA, N. dos S.; FERREIRA, P. R.; SANT'ANA E CASTRO, T. T. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Doação Simultânea) nos estados da Bahia e Minas Gerais. **Cadernos de Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 9–24, 2012.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. A. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 2, p. 12–32, 2011.

SILVA, J. F. B. da; LIMA, M. E. P. de. Políticas Públicas PNAE e PAA e o fortalecimento da agricultura familiar: estudo de caso da Associação de Produtores

Rurais do Núcleo VI de Petrolina/PE. **Ideias & Inovação**, Aracaju/SE, v. 3, n. 3, p. 97–105, abr. 2017.

SILVA, J. G. da; DEL-GROSSI, E.; FRANÇA, C. G. de. **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

SILVA, T. C. da; FERREIRA, P. R.; AMODEO, N. B. P. A Importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos territórios da cidadania dos Estados de Minas Gerais e da Bahia: Criação de novos mercados a partir da visão dos Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). **Mundo Agrário**, v. 15, n. 29, 2014.

SILVA, V. M. da; MATTOS, J. L. S. de. Impactos do programa de aquisição de alimentos na transição agroecológica da comunidade Vila Nova-PE. **Extramuros**, v. 5, n. 2, p. 138–154, 2017.

SILVA, T. C. R. da; GAVA, R.; CIRINO, J. F.; SILVA, E. A. Entre o potencial de transformação local e os entraves do Programa de Aquisição de Alimentos na cidade de Viçosa-MG. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa/MG, v. 4, n. 4, p. 399–419, 2012.

SIMÃO, G. L.; FREITAS, A. F. de; SILVA, E. A.; BASTOS, B. R. de N.; SALGADO, R. J. dos S. F.; AMODEO, N. B. P. Políticas públicas de desenvolvimento local e adensamento de capital social: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em quatro municípios de Minas Gerais. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 10, n. 2, p. 288–306, 2017.

SOARES, P.; MARTINELLI, S. S.; MELGAREJO, L.; CAVALLI, S. B. Fornecimento de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: o exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas/SP, v. 20, n. 1, p. 41–51, 2013.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 1, p. 205–222, 2015.

SOUZA, A. F.; LORETO, M. das D. S. Representações sociais de lideranças institucionais sobre o programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise lexicográfica. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p. 7808–7822, 2019.

SPAROVEK, G.; PLATA, L. A. E.; MAULE, R. F.; KLUG, F. S. F.; KLUG, I. S. F.; GOLDSZMIDT, R.; FERNANDES, R. L.; CAMARGO, R. A. de; MARTINS, S. P. Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA - Região Nordeste. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 5, p. 62–64, 2007.

VIEIRA, D. de F. A.; DEL GROSSI, M. E. Influência do Programa de Aquisição de Alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu em Minas Gerais. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 4, n. 2, p. 21–48, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.